

Qualidade de Vida e Satisfação dos Associados da Cooperativa Agropecuária de Brejo Santo - Ceará

Marco Antônio Brito

* *Economista, Ms em Economia Rural*

* *Professor assistente da Universidade Regional do Cariri (URCA)*

Resumo

As cooperativas agropecuárias surgem, pelo menos teoricamente, como um instrumento capaz de solucionar parte de problemas enfrentados pelos produtores rurais. A organização desses produtores em cooperativas os faz fortes, permitindo-lhes o acesso aos equipamentos e serviços que, isoladamente, o produtor não teria condições de obter. No Ceará existem em funcionamento várias cooperativas no setor rural, mas não há trabalhos que indiquem a qualidade de vida dos cooperados e sua satisfação em relação aos serviços prestados pelas cooperativas. Portanto, o objetivo principal deste estudo é dar resposta a estas questões. Os dados utilizados são de natureza primária, obtidos através de entrevistas diretas junto aos produtores associados à Cooperativa Agroindustrial de Brejo Santo. Dos 81 (oitenta e um) sócios ativos, foram selecionados 30 cooperados. Com base nos resultados da pesquisa, verifica-se que o índice de qualidade de vida configurou-se como índice médio de qualidade de vida, enquanto que o índice de satisfação demonstra que o nível de satisfação alcançado pelos associados é relativamente baixo.

Palavras-chave:

Qualidade de vida; Satisfação; Sócios; Cooperativa.

1 - INTRODUÇÃO

O Ceará tem apresentado altas taxas de crescimento econômico e alto índice de urbanização, evidenciados pela modernização da indústria e elevados gastos em infra-estrutura de transporte, rodovias, recursos hídricos, dentre outros, mas com pouca ênfase no desenvolvimento da agricultura. Não obstante o crescimento, a pobreza ainda é um grave problema deste Estado (77% da população da área rural do Ceará vivem na miséria), embora tenha diminuído nos últimos anos. Isto persiste porque o setor agrícola ainda não obteve efetivo apoio do Governo para o seu desenvolvimento em bases sólidas. Portanto, apesar de se ter investido na indústria, este fato se mostrou limitado no que diz respeito à geração de emprego e distribuição de renda, portanto não ocasionou os efeitos desejáveis à melhoria da qualidade de vida da população em geral. (NEIVA, 2000).

Ainda de acordo com a mesma autora, no Nordeste o problema da agricultura e da população rural se agravou tanto que hoje constitui um grave obstáculo para o desenvolvimento regional.

Para haver desenvolvimento rural é preciso começar pelo desenvolvimento do pequeno agricultor, através do melhoramento das condições econômicas, sociais, culturais e políticas de todos os habitantes do meio rural. (LACKY, 1995).

Segundo o World Bank (1999), para reduzir a pobreza, o Estado do Ceará precisa concentrar seus esforços em apoio ao pequeno produtor com projetos que o desenvolvam. O importante de tudo isso é que ações foram iniciadas para diminuir as disparidades sociais e que se novos investimentos forem implementados, então o pequeno produtor se desencilhará da miséria que o acompanha há tempos.

Malgrado o mercado interno ser abastecido em grande parte pelas grandes corporações, não se pode negar a contribuição do pequeno produtor, principalmente no fornecimento dos produtos alimentares básicos. Portanto, é uma porção considerável da produção agrícola que abastece o mercado interno. Mas estes pequenos produtores têm dificuldades em se desenvolverem por conta de vários obstáculos, como

por exemplo: acesso à tecnologia adequada, aquisição de insumos, acesso ao crédito, dentre outros. A limitação mais importante talvez se encontre na comercialização dos produtos, pois, em geral, são reféns dos atravessadores (intermediários), fato este que se agrava quanto menor for o poder de barganha deles, haja vista que isto é uma de suas características. (KHAN; SILVA, 1994). Assim estes necessitam de atenção especial por parte do governo. É grande a expectativa por mais sensibilidade e ações que incentivem o pequeno produtor e consequentemente fomentem o desenvolvimento do setor agropecuário, uma vez que este setor tem grande importância para o desenvolvimento do País.

Além dos programas de desenvolvimento da agropecuária fomentados pelo Governo, uma importante alternativa que surge para auxiliar no desempenho do pequeno produtor é a sua participação em associações e cooperativas que tenham gestão eficiente para ajudar a solucionar os seguintes problemas inerentes a esta faixa de produtores:

- a) Fortalecimento do pequeno produtor no contexto social, político e econômico;
- b) O apoio à produção, permitindo o acesso à assistência técnica, ao crédito, à tecnologia, ao armazenamento, à industrialização e/ou comercialização;
- c) O acesso à capacitação e à elaboração de projetos.

Assim, os pequenos agricultores precisam organizar-se em associações para garantir maior renda, a sua subsistência e a da sua família. Estas associações, em geral, têm como objetivo defender os produtores contra a exploração, prestar-lhes serviços e proporcionar-lhes uma vida mais digna.

As cooperativas agropecuárias surgem, pelo menos teoricamente, como um instrumento capaz de solucionar parte de problemas enfrentados pelos produtores rurais, pois a organização desses produtores em cooperativa os faz fortes, permitindo-lhes o acesso aos equipamentos e serviços que isoladamente, o produtor não teria condições de acessar. Destarte, o

crédito é concedido a juros mais baixos, orienta-se adequadamente a atividade agrícola e garantem-se preços justos, mediante a venda direta. Estas cooperativas têm como propósito a defesa dos produtores contra a exploração por parte dos componentes da cadeia de distribuição a que se ligam.

Na opinião de Khan e Silva (1993), no setor rural nordestino, o cooperativismo tem caráter específico voltado para a realidade socioeconômica, política e cultural da região onde as associações foram criadas, portanto, espera-se que favoreçam o desenvolvimento do setor rural.

Outrossim, no Nordeste, o cooperativismo pode prestar importante serviço, pois esta região é uma das mais subdesenvolvidas do País. Por conseguinte, deve-se incentivar a criação de cooperativas para auxiliar os pequenos agricultores na seleção das culturas, produção, comercialização, socialização, dentre outras atividades.

Por outro lado, vários fatores têm emperrado o bom funcionamento das cooperativas. É de amplo conhecimento o fato de que vários agricultores têm-se mostrado desestimulados em muitas cooperativas. No Estado do Ceará, não se sabe ainda ao certo de que isso decorre, daí a necessidade de estudos que identifiquem os fatores e motivos que levam, muitas vezes, o agricultor a abandonar a cooperativa ou ser indiferente às decisões tomadas. Ademais, é condição *sine qua non* verificar a satisfação dos cooperados em relação aos serviços que lhes são prestados.

No Ceará existem em funcionamento várias cooperativas no setor rural, mas não há trabalhos que afirmem a qualidade de vida do cooperado e sua satisfação em relação aos serviços prestados pelas cooperativas, portanto, esta pesquisa tem como meta principal dar respostas a estas questões.

2 - OBJETIVOS

2.1 - Objetivo Geral

Avaliar o desempenho da Cooperativa Agroindustrial de Brejo Santo Ltda (COOPABS) em relação aos serviços prestados aos associados.

2.2 - Objetivos Específicos

- Traçar o perfil socioeconômico dos cooperados.
- Mensurar a qualidade de vida dos cooperados, tomando-se como medida os indicadores saúde, educação, moradia, aspectos sanitários, bens duráveis e lazer.
- Verificar o grau de satisfação dos cooperados em relação aos serviços prestados pela Cooperativa Agroindustrial de Brejo Santo Ltda (COOPABS), utilizando-se os indicadores nível de participação na tomada de decisões, assistência creditícia e revenda de insumos.

3 - METODOLOGIA

3.1 - Área de Estudo

Brejo Santo situa-se na Mesorregião do Sul Cearense, possuindo uma área de 684,3km², distante, em rodovia, 515km de Fortaleza. Segundo o IBGE, em 1997 a população era de 34.838 habitantes, sendo a população urbana (18.477) pouco superior à rural (16.361). A temperatura varia de 28°C a 35°C e a precipitação pluviométrica média foi de 1.192,5mm em 2000. (FUNCEME, 2000).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no que concerne ao solo, Brejo Santo apresenta vertissolos, podzólico eutrófico e distrófico e litólicos eutróficos e distróficos, caracterizados como muito férteis e apropriados para o cultivo de algodão e cereais. Por conta disso, apresenta bom desempenho no setor agrícola. A estrutura fundiária é formada, principalmente, por muitos minifúndios (propriedades com área inferior a 10ha). Do total da área rural, 60% são compostos por pequenas propriedades rurais.

3.1.1 Cooperativa Agroindustrial de Brejo Santo Ltda (COOPABS)

A COOPABS foi criada em 16 de fevereiro de 1995, objetivando defender os interesses de seus

associados, conforme os princípios rochdaleanos, mediante a prestação de serviços, fornecimento de mercadorias, assistência técnica e social e na promoção cooperativista.

A cooperativa apresenta os seguintes órgãos sociais: a) Assembléia Geral (ordinária ou extraordinária); b) Diretoria e c) Conselho Fiscal.

A Assembléia Geral dos associados, ordinária ou extraordinária, é o órgão supremo da cooperativa, onde se toma toda e qualquer decisão de interesse dos associados.

A cooperativa é administrada por um Conselho de Administração composto por seis membros (presidente, vice-presidente, primeiro tesoureiro, segundo tesoureiro, primeiro secretário e segundo secretário), todos sócios, com o direito a voto e ser votado. São eleitos por um período de dois anos, sendo obrigatória a renovação de pelo menos 1/3 de seus componentes.

O Conselho Fiscal é constituído por três membros efetivos e três suplentes, todos associados ativos, eleitos por um mandato de um ano, sendo permitida a reeleição de 1/3 de seus componentes.

3.2 - Aspectos Conceituais

3.2.1 - Qualidade de vida

Desde os primórdios, o homem já buscava a melhoria da qualidade de vida. Isto pode ser evidenciado pelo fato de o homem primitivo ser nômade e andar sempre em bando à procura de ambiente adequado para satisfazer as suas necessidades. Isto porque a sua maior preocupação era com a sobrevivência. Naquela época, qualidade de vida era sinônimo de subsistência e segurança.

“Durante séculos a qualidade de vida estava em não ser ameaçado pelos deuses, nem ser surpreendido pelas intempéries, e ter força para resistir aos inimigos naturais ou humanos. A vida era a rotina, a qualidade dela era não quebrar a rotina.” (BUARQUE, 1993).

De acordo ainda com Buarque (1993), talvez “nenhum conceito seja mais antigo, antes mesmo de ser definido, do que qualidade de vida e talvez nenhum seja mais moderno do que a busca da qualidade de vida, sendo que mais moderna ainda seja a crítica e sua redefinição”.

Na Idade Antiga, boa qualidade de vida estava associada a viver nas Cidades-Estado (pólis) com a proteção dos imperadores contra as invasões das civilizações emergentes.

Na Idade Média (Idade das Trevas), o homem era submetido aos preceitos ditados pela Igreja (Filosofia escolástica), do contrário, era apenado. O sentimento de medo da fúria divina tornou-o refém da Igreja, impossibilitando o seu crescimento intelectual e desenvolvimento das ciências. Este estado de estagnação prosperou por quase toda a Idade Média (apenas alguns estudiosos se reuniam clandestinamente para desenvolver alguns raciocínios, mesmo sem o apoio da escolástica). Naquele período, melhor qualidade de vida estava associada a viver nos feudos, acomodando-se, subjugando-se aos senhores feudais e seguindo as normas da Igreja. No entanto, dada essa situação incômoda, muitos servos preferiram fugir para as cidades escuras e precárias a viver subordinados à Igreja. É deste espírito de insatisfação e rejeição do paradigma existente que inicia o enfraquecimento do feudalismo. Tudo começa com o fortalecimento do comércio e revitalização das cidades, principalmente européias, bem como o aparecimento das corporações de ofício.

Observa-se uma mudança qualitativa no nível de vida do homem citadino, principalmente depois da descoberta do Novo Continente, que trouxe prosperidade para as cidades européias, não somente porque foi uma fonte de exploração de metais preciosos, mas, sobretudo, porque representou um novo mercado para os produtos europeus, servindo-se ao desenvolvimento do comércio e conseqüente industrialização. Neste período, qualidade de vida estava diretamente associada ao montante de metais preciosos que um indivíduo possuísse. Esta idéia prevaleceu até o final do século XVII. Ademais, este período é influenciado pelas idéias

da Renascença e Reforma, que serviram para quebrar o paradigma da filosofia escolástica.

O século XVIII nasce influenciado pelas idéias de John Locke, precursor do Iluminismo. No então, “Século das Luzes”, o capitalismo encontra ambiente propício para se instalar definitivamente. Com a Revolução Industrial, a qualidade de vida passou a ser equivalente a viver nas cidades industriais, utilizar máquinas no trabalho nas grandes corporações, de onde o assalariado retira sua renda para satisfazer a sua necessidades e de sua família. Naquele momento, o homem já tinha a consciência das idéias que vinham sendo preconizadas desde a Renascença até o Iluminismo, que propiciaram a nova forma de pensar do homem como ser capaz de modificar o meio.

No século XX o conceito de “qualidade de vida” se transforma em consumo. O consumo de massa passou a ser o símbolo da utopia e padrão de medição de qualidade de vida.

Mais recentemente, o conceito de qualidade de vida passou a ser menos o bem-estar conseguido graças ao uso de bens do que o consumo do próprio bem e uso das máquinas de última geração. O condicionante é o grau de inovação do bem (ar-condicionado, computador etc.). O homem percebe que a qualidade de vida como sinônimo de consumo para todos fica impossível.

Segundo Cordini (1982), a expressão qualidade de vida ganhou foros de opinião pública internacional, após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, na Suécia, em 1972.

Não se pode isolar, contudo, qualidade de vida de desenvolvimento, porque são dois conceitos que contemplam o bem-estar da sociedade em geral. Segundo Todaro (1991), o desenvolvimento depende de transformações estruturais em todos os setores da economia, impulsionando o crescimento e atendimento das necessidades básicas da população, com melhoria da qualidade de vida como um todo, ou seja, distribuição mais equitativa da renda, nutrição, educação, saúde, produção e emprego.

Para este autor, qualidade de vida de certa forma é uma expressão nova que, intrinsecamente, não envolve conteúdos novos. Basicamente, qualidade de vida simboliza aquela série de anseios que, quando alcançados, fazem a pessoa satisfeito.

Coimbra (1985 apud CARMO, 1993), antes de definir qualidade de vida, define desenvolvimento como: “um processo contínuo e progressivo, gerado na comunidade e por ela assumido, que leva as populações a um crescimento global e harmonizado de todos os setores da sociedade, através do aproveitamento de seus diferentes valores e potencialidades, de modo a produzir e distribuir os bens e serviços necessários à satisfação das necessidades individuais e coletivas do ser humano por meio de um aprimoramento técnico e cultural, e com menor impacto ambiental possível”. É uma análise de cunho humanista. Ao passo que, qualidade de vida vem a ser “a somatória de todos os fatores positivos ou a menos de parte significativa dos mesmos, que determinado meio reúne para a vida humana em consequência da interação sociedade – meio ambiente, e que atinge a vida como fato biológico, de modo a atender as suas necessidades somáticas e psíquicas, assegurando índices adequados ao nível qualitativo da vida que se leva e do meio que a envolve”.

Segundo Cebratev (1982), no passado, o conceito de qualidade de vida foi muito utilizado para justificar o *status quo* e programas de governo duvidosos. Esta foi uma conotação negativa. Qualidade de vida pode ser entendida como meta e “níveis de vida” como medida do desenvolvimento.

No entanto, hoje o conceito de qualidade de vida surge com a insatisfação com medidas e indicadores pura e exclusivamente econômicos, de desenvolvimento e modernização. As medidas econômicas sozinhas são incapazes de refletir a totalidade da existência humana. Portanto, o conceito de qualidade de vida se preocupa com o bem-estar do homem, é humanista e aponta rumos para o desenvolvimento social (CEBORATEV, 1982).

Dubos (1972 apud Carmo, 1993), aborda a qualidade de vida como uma contraposição à ma-

terialidade. É contrário à visão do processo quando este considera apenas a “abundância das coisas”, quando está a designar mudanças no “padrão de vida”, sem fazer referência à qualidade de vida. Alguns aspectos do progresso prejudicam a qualidade de vida, como poluição, aumento de estímulos sensoriais, erosão dos serviços públicos, perda da intimidade pessoal, aumento da arregimentação social, dentre outros, em virtude da má aplicação. Trata a qualidade de vida como um caráter imaterial, indissolúvelmente entrelaçada às espécies e variedades de estímulos que o homem recebe no cotidiano, associando, por exemplo, à felicidade.

Conforme Wilhelm (1979), “é preciso resolver primeiro os problemas básicos de sobrevivência para depois pensar em qualidade de vida. A qualidade de vida não é medida diretamente por variáveis econômicas, ela é difícil de ser mensurada. Portanto, é condição *sine qua non* identificar os fatores que constituem a qualidade de vida, e quais os fatores básicos responsáveis pela superação do estágio de sobrevivência”. Este autor define qualidade de vida “como a sensação do bem-estar do indivíduo. Esta sensação depende de fatores objetivos e externos, assim como de fatores subjetivos e internos”. Nesta definição, ele considera dois conjuntos de fatores: o primeiro é o setor dos fatores mínimos e determinantes que trata de condições básicas de qualidade de vida e a partir de cujo atendimento se estabelece a região de oportunidades do indivíduo. Neste contexto são inseridos: a) direitos mínimos à alimentação de subsistência; b) saúde; c) segurança econômica básica; d) renda de subsistência, e e) instrução. O segundo setor de fatores de qualidade de vida é constituído pelos fatores considerados como demandas, que incluem: i) sentir-se saudável; ii) o prazer; iii) o conforto; iv) o silêncio; v) privacidade; vi) equipamento; vii) segurança física; viii) sentimento de realização e a liberdade de opções. Estes são os elementos substantivos de qualidade de vida.

Segundo Guerrero e Hoyos (1983), a qualidade de vida está relacionada com as opções econômicas e o tipo de necessidades familiares e pessoais dos indivíduos. Assim, a qualidade de vida para os setores mais pobres terá características diferentes

das dos setores afluentes. Os componentes básicos do dia-a-dia (alimentação, saúde e habitação) são mais importantes na categoria pobre do que na categoria rica. Portanto, a construção do índice de qualidade de vida está condicionada ao tipo de população estudada.

Ainda com relação a estes autores, nos Estados Unidos parece óbvio medir a qualidade de vida em termos de índice de consumo energético e hábitos de mercado, porque é o maior consumidor *per capita* de energia e maior sociedade de consumo do mundo. Por outro lado, para os países em desenvolvimento não dá para comparar o consumo de energia, pois a qualidade de vida se confunde com a sobrevivência biológica. Portanto, não se pode utilizar a energia como uma medida fiel da qualidade de vida em países em desenvolvimento.

Na abordagem de Annas (1993), as questões a respeito da qualidade de vida são questões sobre a vida dos indivíduos em sociedade. Além do problema do agrupamento, eles se dividem em dois sexos, com diferenças marcantes, amplas e profundas. Esta dicotomia é mais transparente em sociedades tradicionais, onde a mulher é submissa e subserviente, e o homem é o principal provedor. Os desejos femininos são superficiais, refletidos pelas circunstâncias, destarte, o homem tem melhor qualidade de vida do que a mulher. Numa sociedade liberal, essa diferença diminui bastante, apesar dos resquícios tradicionalistas.

Carmo (1993) sugere que devem ser empregadas três dimensões de indicadores para medir a qualidade de vida: i) cultural (conceito de terra, propriedade e pátria, relações humanas, família e amizade, sexo, relacionamento etc.); ii) ambiental (educação e trabalho, condições de habitação, condições econômicas etc.); iii) tecnológica.

Conforme a Organização Mundial da Saúde, qualidade de vida é um conjunto de percepções individuais da posição de vida das pessoas no contexto dos sistemas, cultura e de valores em que se vive e em relação a metas, expectativas, padrões e

preocupações que criam e desenvolvem. Saúde física é estado psicológico, nível de dependência, relações sociais, as crenças pessoais e o relacionamento com o meio ambiente. É um equilíbrio pessoal interior. (OMS, 2001).

Segundo Nahas e Martins (1995), a qualidade de vida vem se tornando preocupação mundial crescente pelos governantes e organismos internacionais desde a década de 1970. Apesar de não haver uma conceituação clara e universal de qualidade de vida, em sentido pragmático ela pode ser entendida como a satisfação de um espectro de necessidades básicas que assegurem certo nível de vida da população. Destarte, a qualidade de vida é algo incommensurável, por ser essencialmente qualitativa e subjetiva. Para torná-la mais tangível, clara e objetiva são estabelecidos critérios objetivos e métodos quantitativos.

Qualidade de vida pode ser entendida também como a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. O outro lado dessa moeda é que as pessoas podem ter bem-estar e riquezas e mesmo assim se sentirem frustradas e não se considerarem satisfeitas com a sua qualidade de vida.

Observa-se que não existe uma definição exata do que seja qualidade de vida, mas há várias tentativas de definição. Neste trabalho, a mensuração da qualidade de vida contemplará a adoção de modelos de desenvolvimento humano. Desenvolver a qualidade de vida exige de nós mesmos um desempenho melhor de viver e de nos relacionar com os outros semelhantes.

3.2.2 - Índice de qualidade de vida

Neste item destaca-se a valiosa contribuição de inúmeros autores para a criação e consolidação de um índice que represente o Índice de Qualidade de Vida proposto. Inicialmente serão apresentados diversos trabalhos que serviram de base para a metodologia selecionada.

A maioria dos trabalhos utiliza, para dimensionar a qualidade de vida, variáveis do tipo negativo, que se referem a carências: deficiências alimentares, ausência de serviços urbanos, mortalidade infantil, más condições de moradia etc. Evidencia-se que o problema da qualidade de vida quando visto além dos problemas de carência, implica uma noção clara e explícita de uma política de desenvolvimento social. (SCHWARTZMAN, 1974).

Durante muito tempo, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* foi utilizado como medida de qualidade de vida, malgrado este indicador refletir apenas o comportamento dos indicadores econômicos. Na realidade este indicador é, na melhor das hipóteses, um indicativo de crescimento econômico, pois utiliza variáveis que refletem apenas o crescimento econômico.

Na opinião de Larson e Wilford (1979), o PIB *per capita* é usado para medir o desenvolvimento do progresso. Mas, em 1976, o Clube de Roma criou um índice de qualidade de vida que foi usado conjuntamente com o PIB *per capita*, para avaliar o bem-estar socioeconômico e o progresso dos países em termo de bem-estar humano.

Esses autores produziram um Índice de Qualidade de Vida Física (IQVF), que combina mortalidade infantil, esperança de vida e capacidade de ler e escrever para 150 países. Neste índice, os três componentes são identificados dentro de uma escala que varia de 1 a 100. Cada componente recebe peso igual. O índice é obtido pela média aritmética dos três componentes, que se mostraram com alta correlação positiva.

O estudo realizado por Viana et al. (1980) baseia-se na abordagem psicológica por interpretar o desenvolvimento como um processo de promoção humana representada pela qualidade de vida, sendo qualidade de vida entendida como bem-estar familiar. Para esse autor, num esquema analítico a qualidade de vida é dividida em três grupos: grupo de variáveis econômicas, variáveis sociais e variáveis psicológicas.

Sliwiany (1987 apud NAHAS; MARTINS, 1995), mediu o nível de vida da população curitibana, utilizando indicadores como abastecimento, habitação, saúde, transporte, educação, segurança, previdência social, lazer e excedente econômico para produzir o Índice Sintético do Nível de Vida da População.

Segundo Sliwiany (1997), o nível de vida da população foi primeiro trabalhado pelo Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) (UNRISD). A primeira publicação foi datada de 1966, com a denominação de Método Genebrino ou Distancial da medição do grau de satisfação das necessidades materiais ou culturais da população.

A Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), em 1992, realizou um trabalho sobre condições de vida na região metropolitana de São Paulo no início da década de 1990. A abordagem da Pesquisa de Condições de Vida – PCV diferencia-se da tradicional – centrada na renda como único indicador – ao enfatizar os vários aspectos que conformam a pobreza. A unidade de análise escolhida foi a família. Para tanto, lançou-se mão de um questionário composto dos seguintes temas: domicílio, família e morador; habitação e patrimônio familiar; atenção à saúde; educação; e inserção no mercado de trabalho.

Conforme PNUD/IPEA/FJP, em 1998¹, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) vem sendo estimado desde 1990 nos Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDH) internacionais publicados pelo PNUD. Este índice sintético vem passando por mudanças e a mais recente foi em 1995. O IDH utiliza o Método Genebrino ou Distancial, que combina três componentes básicos: i) longevidade (que reflete as condições de saúde da população, medida pela esperança de vida ao nascer); grau de conhecimento (medido pela combinação da taxa de alfabetização

de adultos e taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior) e iii) renda (medida pelo PIB *per capita* ajustado ao custo de vida local). Também desenvolveu-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), utilizando uma metodologia próxima ao IDH. Aquele utiliza quatro (4) indicadores básicos agregados em 3 dimensões, quais sejam: a) longevidade – medida pela esperança de vida ao nascer; b) educação – medida pela taxa de analfabetismo e pelo número médio de anos de estudo e c) renda – medida pela renda média familiar *per capita*.

Ao criticar o IDH por usar indicadores que captam valores médios em países com alta disparidade social, Rodrigues (1993 apud NAHAS; MARTINS, 1995), produziu, em 1991, o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) para as regiões brasileiras, tomando como indicadores: esperança de vida ao nascer (em anos), taxa de alfabetização de adultos e grau de distribuição da renda da População Economicamente Ativa (PEA) remunerada. São indicadores centrados no indivíduo e expressam a qualidade de vida com base na satisfação das necessidades básicas individuais. Ademais, essa autora atribui pesos diferentes a cada um dos indicadores.

Malgrado as inúmeras críticas voltadas à metodologia do cálculo do IDH, o importante é que este índice suscitou na comunidade científica a possibilidade de se construir formas para se aferir a qualidade de vida, dando um enorme passo para o seu desenvolvimento. Neste tocante, muitos trabalhos foram realizados, tomando por base a metodologia aplicada pelo IDH, com algumas alterações para adaptar ao propósito de cada trabalho. Dentre estes, podem-se citar: o Índice de Nível de Vida (INV) e o Índice de Desenvolvimento Relativo (IDR), desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), em 1993; o Índice de Desenvolvimento Econômico e Social (IDES) para os municípios cearenses, idealizado por Oliveira (1994); o Índice de Pobreza Humana (IPH). (LEMOS et al., 1999).

Nahas e Martins (1995) desenvolveram um trabalho para a Prefeitura de Belo Horizonte, objeti-

¹ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) Fundação João Pinheiro (FJP)

vando otimizar a distribuição mais equitativa dos recursos públicos. Para tanto avaliaram a qualidade de vida da população de Belo Horizonte sob dois aspectos: distribuição dos recursos e acesso da população a estes. É na realidade um índice de qualidade de vida urbana, que quantifica a oferta de equipamentos, bens e serviços urbanos à população de um local urbano, para propiciar-lhes a satisfação de suas necessidades básicas. Verifica o grau de acessibilidade àquele bem ou serviço. Por se tratar de um índice de qualidade de vida urbano, utilizaram-se as seguintes variáveis: abastecimento, assistência social, cultura, educação, esportes, habitação, infra-estrutura urbana, meio ambiente, saúde, segurança/violência, serviços urbanos. Aplicou-se peso de acordo com a importância da variável. Um índice desta natureza, por sua decomposição em índices locais e setoriais, permite identificar as regiões onde há menor acesso aos recursos e equipamentos urbanos.

Monte (1999) usou um Índice de Qualidade de Vida (IQV) que contemplou os indicadores: aspectos econômicos, condições de moradia, nível de consumo, educação, lazer e informação, para medir ganhos ou perdas de qualidade de vida da população, antes e depois da implantação do Porto de Pecém.

Mayorga (1999) estimou o IQV para 53 municípios do semi-árido cearense, utilizando as técnicas de análise fatorial, contemplando apenas os municípios cearenses mais atingidos por problemas de degradação ambiental. O objetivo desse autor foi estabelecer um índice hierárquico, segundo os níveis de qualidade de vida dos municípios semi-áridos cearenses (excluídos os municípios situados no litoral e nas serras), utilizando como meios a renda familiar, posse de terra, água adequada, urbanização, instalação sanitária, habitação, alfabetização e acesso a energia.

O Grupo de Estudos em Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde (OMS), de 2001 mede a qualidade de vida, levando em consideração os seguintes domínios: a) físico (dor e desconforto, energia e fadiga, sono e repouso); b) psicoló-

gico (sentimento positivo e negativo, auto-estima, concentração); c) independência (mobilidade na vida); d) relações sociais (apoio social e atividade sexual); e) ambiente (segurança física e proteção, recursos financeiros, cuidados sociais e de saúde, adquirir informações e habilidades, lazer e recreação, transporte); f) aspectos espirituais, religiosos e crenças pessoais. Esta análise foi feita pelo prisma da literatura médica.

Fernandes (1997) elaborou um Índice de Qualidade de Vida (IQV) para verificar mudanças na qualidade de vida da população da Reserva Extrativa do rio Cajari, no Estado do Paraná, com base nos trabalhos de Walker (1994) e Schwartzman (1974). As mudanças adotadas por aquele autor foram a incorporação de um maior número de indicadores e a associação do nível de satisfação a estes.

Para a ONU, o grau de satisfação do cidadão será tanto maior quanto melhor for sua alimentação, maior o acesso aos serviços de saúde e seguro de vida, maior acesso ao conhecimento, melhores condições de vida, maior segurança contra o crime e a violência física, maior a disponibilidade de momentos agradáveis de lazer e maior o grau de participação nas atividades econômicas, culturais e políticas da sociedade.

3.3 - Métodos Analíticos

3.3.1 - Análise tabular e descritiva

Para alcançar o primeiro objetivo deste trabalho, foi feita uma análise tabular e descritiva das variáveis econômicas, sociais e culturais.

3.3.2 - Determinação do Índice de Qualidade de Vida dos Cooperados (IQVC)

Na determinação do Índice de Qualidade de Vida dos Cooperados, IQVC (segundo objetivo específico), optou-se por utilizar como referência básica o trabalho de Fernandes (1997) por incorporar, além de amplos indicadores socioeconômicos, a satisfação da população, aspectos que até o

momento do seu estudo não haviam sido considerados. A seguir será apresentado o procedimento para a obtenção do índice mencionado.

Como exposto, a qualidade de vida está, em geral, associada a indicadores como bens duráveis, saúde, educação, habitação e aspectos sanitários, portanto o índice de qualidade de vida será mensurado através da agregação destes indicadores.

A elaboração deste índice apresenta os seguintes passos: i) escolha dos indicadores que serão utilizados no índice de qualidade de vida, com seus respectivos escores e pesos; ii) formação de postos em ordem crescente de valores, indo do ponto onde o indicador tem a pior *performance* até o ponto onde apresenta o seu melhor resultado, atribuindo-se-lhe escore. Com relação aos pesos, os próprios associados opinaram sobre a importância de cada um dos indicadores para a sua qualidade de vida. Utilizou-se uma amostra de 29 cooperados, pois um dos associados não soube responder à maioria das perguntas.

Matematicamente, pode-se definir o Índice de Qualidade de Vida dos Cooperados (IQVC) como:

$$IQVC = \frac{1}{n} \sum_{p=1}^n \left[\frac{\sum_{k=1}^m S_{kp} \cdot W_{kp}}{\sum_{k=1}^m S_{max_k} \cdot W_{max_k}} \right]$$

A contribuição de cada indicador do Índice de Qualidade de Vida dos Cooperados – IQVC, algebricamente, é a seguinte:

$$C_k = \frac{\sum_{p=1}^n S_{kp} \cdot W_{kp}}{\sum_{p=1}^n \left(\sum_{k=1}^m S_{max_k} \cdot W_{max_k} \right)}$$

onde:

IQVC = Índice de Qualidade de Vida;

S_{kp} = escore do k-ésimo indicador, obtido pelo p-ésimo cooperado;

W_{kp} = peso do k-ésimo indicador, definido pelo p-ésimo cooperado;

$k = 1, 2, 3, \dots, m$;

$p = 1, 2, 3, \dots, n$;

W_{max_k} = peso máximo do k-ésimo indicador;

S_{max_k} = escore máximo do k-ésimo indicador;

C_k = contribuição do indicador k no Índice de Qualidade de Vida;

n = número de cooperados, e

m = número de indicadores.

O Índice de Qualidade de Vida dos Cooperados (IQVC) varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, melhor o nível de qualidade de vida que o cooperado apresenta. Portanto o valor 1 representa o nível ótimo de qualidade de vida. Dentro destes limites, optou-se por estabelecer os seguintes critérios:

- a) Baixa qualidade de vida $0 < IQVC \leq 0,5$;
- b) Média qualidade de vida $0,5 < IQVC \leq 0,8$;
- c) Alta qualidade de vida $0,8 < IQVC \leq 1$.

3.3.2.1 - Consolidação das Variáveis Utilizadas no Cálculo do Índice de Qualidade de Vida dos Cooperados (IQVC)

Será apresentada a seguir a relação das variáveis utilizadas no modelo, com os seus respectivos escores, para a aferição do Índice de Qualidade de Vida dos Cooperados (IQVC). Consideraram-se os seguintes indicadores: i) saúde; ii) educação; iii) habitação; iv) condições sanitárias e de higiene; v) bens duráveis; e vi) lazer.

i) Indicador Saúde

Este indicador foi calculado, verificando-se os principais serviços de saúde disponíveis para os as-

sociados da Cooperativa Agroindustrial de Brejo Santo (COOPABS), de acordo com os seguintes escores:

- a) Ausência de atendimento médico 0
- b) Atendimento ambulatorial (vacinação, primeiros socorros etc.) 1
- c) Atendimento por agente de saúde 2
- d) Atendimento médico 3

ii) Indicador Educação

Para este indicador, considerou-se a existência ou ausência de serviços educacionais para o cooperado e família, associados aos seguintes escores:

- a) Ausência de escolas 0
- b) Escolas de educação infantil 1
- c) Escolas de ensino fundamental 2
- d) Escolas de ensino médio 3

iii) Indicador Habitação

Foram considerados os seguintes aspectos habitacionais do cooperado pesquisado: i) tipo de construção da sua residência e ii) energia utilizada na residência. O valor deste indicador será obtido pela soma dos escores, que não ultrapassa o valor 3.

iii.1 - Tipo de construção da residência é de:

- a) Casa de taipa 0
- b) Casa de tijolo, sem reboco e piso 1
- c) Casa de tijolo, com reboco e piso 2

iii.2 - A energia usada na sua residência é:

- a) Lampião a querosene ou a gás ou lâmparas 0
- b) Energia elétrica 1

iv) Indicador Condições Sanitárias e Higiene

Este indicador foi formado com base em três variáveis: i) destino dado aos dejetos humanos; ii) tipo

de tratamento dado à água para o consumo humano; e iii) destino dado ao lixo domiciliar. Desta forma o indicador Condições Sanitárias e Higiene é decorrente da soma dessas três variáveis, que, assim como os indicadores anteriores, não ultrapassa o valor 3.

iv.1 - Destino dado aos dejetos humanos

- a) Jogado a céu aberto ou enterrado 0
- b) Dirigido para fossa ou rede de esgoto 1

iv.2 - Tipo de tratamento dado à água para consumo humano

- a) Água é consumida sem tratamento 0
- b) Água é consumida com tratamento 1

iv.3 - Destino dado ao lixo domiciliar

- a) Jogado na superfície da terra ou queimado 0
- b) Enterrado ou recolhido através da coleta domiciliar 1

v) Indicador Bens Duráveis

Os bens foram organizados em três grupos, onde se observaram os seus respectivos valores equivalentes, como segue:

Grupo 1: rádio, ferro de engomar, liquidificador, equipamentos de trabalho de pequeno porte.

Grupo 2: máquina de costura, equipamento de som, televisão em preto-e-branco, fogão a gás, máquinas agrícolas de pequeno porte.

Grupo 3: televisão a cores, geladeira, máquinas agrícolas.

Partindo-se do pressuposto de que, quanto maior a quantidade de bens e valores, melhor a qualidade de vida, então, consideraram-se os seguintes escores:

- a) Não possui nenhum dos bens acima citados 0

b) Possui pelo menos um dos bens do grupo 1 e não possui nenhum dos bens dos grupos 2 e 3 1

c) Possui pelo menos um dos bens dos grupos 1 e 2 e não possui nenhum dos bens do grupo 3 2

d) Possui pelo menos um dos bens dos grupos 1, 2 e 3 3

vi) Indicador Lazer

Concernente a este indicador, o cooperado foi indagado a respeito do tipo de entretenimento preferido por ele e sua família, considerando-se os seguintes escores:

a) Ir ao sítio ou ao açude 1

b) Ir ao açude e ao sítio 2

c) Ir ao sítio, ao açude e outra fonte de lazer ... 3

3.3.3 - Determinação do Índice de Satisfação dos Cooperados (ISC)

Quando se pensa em satisfação, imagina-se geralmente algo subjetivo e incomensurável, contudo pode-se chegar a um índice que reflita o grau de satisfação dos associados, transformando variáveis qualitativas em quantitativas.

Para atender ao terceiro objetivo específico desta pesquisa, relacionado ao cálculo de um índice que mensure especificamente a satisfação dos cooperados em relação aos serviços prestados pela cooperativa, considerar-se-á como fonte de pesquisa o trabalho realizado por Khan (2001). Para este autor, em trabalho realizado junto aos beneficiários dos serviços prestados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará (EMATERCE), o Índice de Satisfação dos Cooperados (ISC) foi avaliado através de índices resultantes de agregação dos seguintes indicadores: i) forma e frequência da assistência técnica; ii) assunto tratado; e iii) conhecimento do extensionista.

A amostra utilizada neste trabalho para medir o índice de satisfação dos cooperados constou de 28

observações (associados), pois foram desconsideradas as informações dadas pelo presidente da cooperativa. Estas informações serviram apenas como meio de comparação entre as opiniões dos amostrados e as do presidente.

Desta forma, algebricamente, o Índice de Satisfação dos Cooperados (ISC) foi calculado pela seguinte expressão:

$$ISC = \frac{1}{f} \sum_{i=1}^f S_i$$

com

$$S_i = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left[\frac{\sum_{u=1}^r E_{uj} \cdot P_{uj}}{\sum_{u=1}^r E_{\max_u} \cdot P_{\max_u}} \right]$$

onde:

ISC = Índice de Satisfação dos Cooperados;

S_i = Índice de satisfação dos cooperados em relação ao indicador i ;

$i = 1, 2, \dots, f$, número de indicadores;

P_{uj} = peso da u -ésima variável, definido pelo j -ésimo cooperado;

P_{\max_u} = peso máximo da u -ésima variável;

E_{uj} = escore da u -ésima variável obtido pelo j -ésimo cooperado;

E_{\max_u} = escore máximo da u -ésima variável;

$u = 1, 2, 3, \dots, r$;

$j = 1, 2, 3, \dots, n$;

n = número de cooperados;

r = número de variáveis.

O valor do Índice de Satisfação do Cooperado (ISC) varia de 0 a 1. Assim, quanto mais próximo de um, maior o nível de satisfação do cooperado. Para verificar o nível de satisfação, optou-se por estabelecer os seguintes critérios:

- a) Pouco satisfatório $0 < ISC \leq 0,5$;
- b) Satisfatório $0,5 < ISC \leq 0,8$;
- c) Muito satisfatório $0,8 < ISC \leq 1$.

3.3.3.1 - Variáveis Utilizadas no Modelo para o Cálculo do Índice de Satisfação do Cooperado (ISC)

Para o cálculo do Índice de Satisfação dos Cooperados (ISC), foram considerados os seguintes aspectos: i) participação social; ii) assistência creditícia aos associados e iii) revenda de insumos.

Apresenta-se, a seguir, a relação das variáveis utilizadas no modelo, com os seus respectivos escores, para a aferição deste índice.

i) Nível de participação nas decisões da cooperativa

No que diz respeito o nível de participação foram consideradas três variáveis. A primeira verifica a comunicação entre a cooperativa e os associados; a segunda verifica a participação do associado na tomada de decisões da cooperativa; e a terceira observa se a cooperativa presta contas adequadamente com os cooperados.

i.1 - Comunicação e convite

Para mensurar esta primeira variável, fez-se a seguinte indagação: Você é comunicado e convidado a assistir às assembleias gerais ou reuniões da cooperativa?, atribuindo-se os seguintes escores às respostas.

- a) Nunca 0
- b) Às vezes 1
- c) Sempre 2

i.2 - Participação na tomada de decisões

Para calcular esta variável, foram feitas indagações a seguir:

i.2.1 - Nas assembleias gerais ou reuniões, você apresenta sugestões?

- a) Não 0
- b) Sim 1

i.2.2 - As sugestões apresentadas pelos associados são bem aceitas pelos dirigentes da Cooperativa?

- a) Não 0
- b) Sim 1

i.2.3 - Todas as decisões administrativas da cooperativa são apreciadas e aprovadas pelas assembleias gerais?

- a) Não 0
- b) Sim 1

i.2.4 - As decisões tomadas nas assembleias gerais são efetivamente executadas pela diretoria?

- a) Não 0
- b) Sim 1

i.2.5 - Os investimentos que a cooperativa realiza são submetidos e aprovados nas assembleias gerais?

- a) Não 0
- b) Sim 1

i.3 - Prestação de Contas

Para medir esta variável, observou-se se a cooperativa torna claros a utilização dos recursos e os fins empregados. Deste modo, fez-se a seguinte pergunta:

i.3.1 - A cooperativa realiza a prestação de contas com os associados?

- a) Não 0
- b) Sim 1

ii) Assistência Creditícia aos Associados

No tocante à assistência creditícia aos associados, foram consideradas três variáveis, quais sejam:

i) repasses de custeio; ii) beneficiários dos recursos de custeio; e iii) repasses de investimento. Assim como no caso anterior, foram associados escores às variáveis.

ii.1 - Repasses de custeio

A esta variável, verificou-se a periodicidade dos repasses aos cooperados, atribuindo-se-lhe escore como segue:

- a) Nunca 0
- b) Quase todos os anos 1
- c) Todos os anos 2

ii.2 - Beneficiários dos repasses de custeio

Fez-se a seguinte indagação: os repasses de custeio da cooperativa beneficiam:

- a) só os associados conhecidos da diretoria ... 0
- b) só os associados do município onde se encontra a sua sede social 1
- c) só os associados que se encontram operando com a cooperativa 2
- d) todos os associados do município que não tenham dívidas na cooperativa 3
- e) todos os associados, independentemente do município em que se encontre, desde que não tenham dívidas com a cooperativa 4

ii.3 - Repasses de investimento

Neste caso verificou-se a frequência pela qual a cooperativa faz repasses de investimento:

- a) Nunca 0
- b) Quase todos os anos 1
- c) Todos os anos 2

iii) Revenda de Insumos

Concernente à revenda de insumos e material agropecuário, consideraram-se duas variáveis, quais

sejam: i) atendimento das necessidades e ii) preço. Assim como no caso anterior, associaram-se escores às variáveis.

iii.1 - Atendimento das necessidades

Relativamente a esta variável verificou-se se o setor de revenda de insumos da cooperativa atende às necessidades básicas do associado, atribuindo-se escore 0 ao quesito negativo e 1 ao afirmativo.

- a) Não 0
- b) Sim 1

iii.2 - Preço

A variável preço foi mensurada, comparando-se preços cobrados pela cooperativa com os do comércio local, atribuindo-se escores da seguinte forma:

- a) maiores do que os dos concorrentes 0
- b) iguais aos dos concorrentes 1
- c) menores do que os dos concorrentes 2

A cada variável supracitada, ponderou-se de acordo com o nível de satisfação sugerido por cooperados individualmente, como segue:

- a) Pouco satisfatório 1
- b) Satisfatório 2
- c) Muito Satisfatório 3

3.4 - Natureza dos Dados

Os dados utilizados nesta pesquisa são de natureza primária, obtidos através de entrevistas diretas junto aos produtores agrícolas associados à Cooperativa Agroindustrial de Brejo Santo (COOPABS). Estes questionários enfatizaram aspectos a respeito dos seguintes indicadores: saúde, educação, habitação, aspectos sanitários, bens duráveis, comunicação e recreação, lazer, variáveis pessoais (idade, escolaridade etc.), rendimento, nível de participação na tomada de decisão, assistência creditícia e revenda de insumos.

3.5 - Tamanho da Amostra

Este trabalho foi realizado com base em dados primários, coletados junto aos associados à COOPABS, no mês de fevereiro de 2001. No momento desta pesquisa, a cooperativa contava com 81 membros, sendo 50 ativos e 31 inativos. Dos sócios ativos, foram tomados aleatoriamente 30 cooperados (60%) [verificar adiante o método utilizado] para se fazer uma sondagem a respeito dos seus perfis socioeconômicos, de suas qualidades de vida e satisfação em relação aos serviços prestados pela Cooperativa. Além dos associados, a cooperativa conta com cinco funcionários.

Os cooperados inativos não foram considerados nesta amostra pelo fato de eles terem se desligado da COOPABS pelo motivo da não-implantação da indústria beneficiadora de leite. Portanto, a inclusão desses “inativos” poderia viesar os resultados e conclusões do trabalho.

De acordo com Fonseca e Martins (1996), para calcular o tamanho da amostra para populações finitas, através da amostragem aleatória simples, utiliza-se a fórmula a seguir:

$$n = \frac{Z^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{d^2 \cdot (N - 1) + Z^2 \cdot p \cdot q}$$

Onde:

n = tamanho da amostra;

Z = abscissa da normal padrão;

p = estimativa da proporção da característica pesquisada no universo;

q = 1 - p;

N = tamanho da população;

d = erro amostral.

Admitindo-se a população de cooperados (N = 50); um erro de estimação de 10% (d = 0,1); abscissa da normal padrão Z = 1,64, ao nível de confiança de 90% e p = q = 0,5 (na hipótese de se admitir o maior tamanho da amostra, porquanto não se conhecem as proporções estudadas), obteve-se um tamanho da amostra (n) igual a 29.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, analisam-se as características sociais, culturais e econômicas dos associados (e familiares) da Cooperativa Agroindustrial de Brejo Santo (COOPABS), os resultados relativos ao Índice de Qualidade de Vida dos Cooperados (IQVC) e o Índice de Satisfação dos Cooperados (ISC), em relação aos serviços prestados pela cooperativa mencionada.

4.1 - Perfil Sociocultural e Econômico do Cooperado

4.1.1 - Idade

As informações referentes à faixa etária dos cooperados estão expressas na TABELA 1. Conforme se observa, a maior frequência dos cooperados se encontra com idade entre 30 e 50 anos (68,96%). Desta forma, pode-se inferir que a maioria dos associados é de pessoas experientes. Por outro lado, assim como nos resultados encontrados por Khan (2001), observa-se um reduzido percentual de jovens no setor primário. Isso é um indicativo de que os jovens se estão deslocando para os outros setores da economia.

4.1.2 - Local de residência

As entrevistas indicaram que os cooperados residem em sua maior parte (aproximadamente 70%) na própria propriedade. Segundo os cooperados, a atividade requer um acompanhamento de perto pelo seu proprietário, daí a razão do elevado número de produtores residir nas unidades produtivas. (TABELA 2). Resultado semelhante foi observado em trabalho realizado por Fernandes (1997), quando este autor diagnosticou que 71% dos produtores rurais da região do Cajari residiam na própria unidade produtiva.

4.1.3 - Escolaridade

A TABELA 3 apresenta informações sobre o grau de instrução dos associados. Vê-se que a maior concentração (48,28%) é de pessoas com o ensino médio completo (antigo 2º grau), enquanto que o menor percentual (3,45%) apenas assina o nome.

Tabela 1 – Frequências absoluta e relativa dos cooperados à COOPABS, conforme faixa etária, no Município de Brejo Santo, 2001

Faixa Etária (em anos)	Nº de Associados	%	Fac (%)
≤ 30	3	10,35	10,35
30 — 40	11	37,93	48,28
40 — 50	9	31,03	79,31
50 — 70	5	17,24	96,55
> 70	1	3,45	100,00
Total	29	100,00	-

Fonte: Dados da pesquisa

Fac = Frequência acumulada relativa

Tabela 2 – Frequências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, conforme o local de residência, no Município Brejo Santo, 2001

Local de Residência	Nº de Associados	%
Propriedade	20	68,97
Sede do Município	6	20,69
Outro Município	3	10,34
Total	29	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Outro fato importante observado foi o percentual de associados com o nível superior (20,69%). Estes dados mostram que o nível de escolaridade dos entrevistados é bem superior ao encontrado na grande maioria dos residentes no setor rural, portanto, há um alto nível de escolaridade entre os cooperados, ou seja, grande parte é constituída por pessoas com nível elevado de educação formal.

4.1.4 - Tradição na agricultura

Conforme os dados apresentados na TABELA 4, observa-se que 51,73% dos cooperados encontram-se na faixa de experiência de 10 a 30 anos. Estes resultados são semelhantes aos observados no trabalho de Khan (2001), no qual metade dos produtores rurais apresentou de 10 a 30 anos de experiência na agricultura.

4.1.5 - Tamanho da propriedade

A TABELA 5 mostra que 62,07% dos cooperados apresentam propriedades com tamanho igual ou inferior a 100 hectares. Uma vez que a atividade principal dos associados é a produção de leite, es-

tes proprietários podem ser considerados pequenos produtores.

Segundo o Censo Agropecuário do IBGE, de 1998, realizado nos anos 1995 e 1996, 72,24% dos estabelecimentos rurais apresentam uma área inferior a 10ha. Portanto, os estabelecimentos dos cooperados têm uma área bem superior à realidade cearense.

4.1.6 - Atividades que proporcionam maior rendimento aos associados

Como a cooperativa foi formada com o intuito de organizar pecuaristas do ramo de laticínios, esta atividade, segundo os associados, é a que garante maior rendimento para 55,17% dos associados entrevistados. Contudo, até o momento desta pesquisa, a agroindústria beneficiadora de laticínios não havia sido implantada (principal motivo da desistência de alguns associados). Observa-se que muitos associados diversificam as atividades com culturas de subsistência (13,79%), fruticultura (6,9%) e outras atividades (24,14%), dentre os quais se destacam a cultura de tomate e hortaliças. (TABELA 6).

Tabela 3 – Frequências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, conforme o grau de instrução, no Município de Brejo Santo, 2001

Grau de Instrução	Nº de Associados	%
Assina o nome	1	3,45
Lê e escreve	5	17,24
Ensino fundamental	3	10,34
Ensino médio	14	48,28
Ensino superior	6	20,69
Total	29	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 4 – Frequências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, de acordo com a tradição na agricultura, no Município de Brejo Santo, 2001

Anos de Experiência	Nº de Associados	%	Fac (%)
≤ 10	7	24,14	24,14
10 — 20	9	31,04	55,18
20 — 30	6	20,69	75,87
30 — 40	3	10,34	86,21
40 — 50	3	10,34	96,55
> 50	1	3,45	100,00
Total	29	100,00	-

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 5 – Frequências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, conforme o tamanho da propriedade, no Município de Brejo Santo, 2001

Área Total da Propriedade(ha)	Nº de Associados	%	Fac (%)
≤ 20	2	6,90	6,90
20 — 50	5	17,24	24,14
50 — 100	11	37,93	62,07
100 — 200	7	24,14	86,21
> 200	4	13,79	100,00
Total	29	100,00	-

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 6 – Frequências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, de acordo com a atividade que lhe garante maior rendimento na propriedade, no Município de Brejo Santo, 2001

Atividade	Nº de Associados	%
Cultura de subsistência	4	13,79
Fruticultura	2	6,90
Pecuária	16	55,17
Outras	7	24,14
Total	29	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Fac = Frequência acumulada relativa

A TABELA 7 mostra que 75,96% dos associados têm rendimentos de outras atividades, além da atividade agropecuária, enquanto 24,04% dos associados vivem exclusivamente dos ganhos da agropecuária, ou seja, poucos ainda insistem em viver apenas da agropecuária e muitos ainda a mantêm como um *hobby*, ou seguindo a tradição da família, pois é uma atividade que, conforme explicitado no momento das entrevistas, não está propiciando o retorno esperado. Na opinião de muitos amostrados, é preferível aplicar os seus recursos em atividades que lhes garantam maiores rendimentos.

4.1.8 - Atividades desenvolvidas fora do setor agropecuário

A TABELA 8, a seguir, mostra que, dos 29 associados, 22 mantêm alguma outra atividade fora da agropecuária. Isto é explicado pelo fato de que muitos cooperados são microempresários (comerciantes) (22,73%), profissionais liberais (18,18%), empresários (13,64%), assalariados (9,09%) e 36,36%

mantêm alguma outra atividade fora da agropecuária, dentre estas destacam-se: magistério, locação de imóveis e atividade política (vereador). Isto reitera o fato de que a pecuária no semi-árido só é viável na pequena propriedade se for exercida paralelamente a outras atividades geradoras de renda, haja vista o fato de que as atividades exercidas no setor agropecuário estão mais comumente sujeitas a riscos climáticos, biológicos e de preços. Apesar destes riscos, o município no qual residem os cooperados sobressaiu-se em períodos passados como uma das maiores produtoras de carne do Estado.

Dentre as classes de renda geradas fora da agropecuária, a que apresenta a maior frequência relativa é aquela cujo rendimento mensal varia de R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00. Ademais, as informações apresentadas nesta tabela indicam que mais de 45% dos associados que mantêm alguma renda fora da agropecuária auferem um rendimento superior a R\$ 1.000,00. Enquanto isso, pouco mais de 9% destes têm um rendimento inferior a R\$ 500,00.

Tabela 7 – Frequências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, conforme a origem de seus rendimentos, no Município de Brejo Santo, 2001

Origem	Nº de Associados	%
Somente da agropecuária	7	24,14
Agropecuária e outras atividades complementares	22	75,86
Total	29	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 8 – Frequências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, conforme a origem de seus rendimentos fora da agropecuária, no Município de Brejo Santo, 2001

Origem	Nº de Associados	%
Assalariado	2	9,09
Empresário	3	13,64
Profissional liberal	4	18,18
Comerciante	5	22,73
Outras atividades	8	36,36
Total	22	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

4.2 - Qualidade de Vida dos Associados à COOPABS

Esta análise é do tipo *cross section* e tem como objetivo observar a situação dos cooperados de-

pois da implantação da cooperativa, portanto, este trabalho não tem como escopo comparar o momento atual com o passado. É, na realidade, uma análise estática no momento da pesquisa.

Os indicadores utilizados para a construção do Índice de Qualidade de Vida estão descritos a seguir. Para tais variáveis, foram associados valores que refletem tanto os escores quanto o grau de satisfação de cada associado.

4.2.1 - Considerações sobre os indicadores que formam o índice de qualidade de vida

i) Indicador Saúde

Os resultados referentes ao indicador saúde apresentam-se na TABELA 9. Estes dados revelam que 63,33% dos associados são atendidos por médicos. Isto é um reflexo do Programa Saúde da Família, implementado pelo Governo estadual, para melhorar, principalmente, a saúde daquele povo que reside distante das cidades e não tem condições de se deslocar para os grandes centros em busca de atendimento. Além do médico da família, observa-se uma participação bastante ativa dos agentes de saúde, que orientam a população principalmente na prevenção de doenças e atendimento básico. O atendimento dos associados através deste serviço representa 16,67%. No entanto, observou-se um certo descontentamento por parte dos associados em relação à disponibilidade desses serviços em caso de urgência, pois os médicos e agentes de saúde prestam serviços apenas periodicamente.

Não obstante, estas estatísticas podem melhorar, pois ainda existe um número significativo de associados que não têm acesso a esses serviços de saúde (13,33%).

ii) Indicador Educação

A TABELA 10 revela que a maioria dos filhos dos associados utiliza, principalmente, os serviços de educação pública infantil e fundamental existentes próximo à comunidade onde reside (86,66%), e apenas 13,34% se beneficiam da educação de ensino médio próximo à propriedade. No entanto, sabe-se que há grande demanda, por parte principalmente dos jovens, por escolas do ensino médio. E por não as encontrarem perto das suas moradias, aventuram-se sobre transportes escolares sem o mínimo de segurança possível, expondo-se a fatalidades que poderiam ser evitadas. Ademais, uma nação que efetivamente busca o desenvolvimento sociocultural e econômico deveria ofertar os serviços básicos para a população (dever do Estado e direito do povo).

Piores resultados foram diagnosticados em trabalho realizado por Monte (1999), onde essa autora observou que a população rural nas proximidades do Porto do Pecém não dispõe de nenhuma escola de ensino médio.

Segundo Buarque (1993), a educação não será prioridade no País enquanto este não for educado para incluir a educação entre as prioridades de sua modernização. A educação deveria ser o objetivo central da modernização como um fim em si mesmo e como um meio pelo qual passam todos os caminhos que levam à criação de uma estrutura socioeconômica eficiente.

iii) Indicador Habitação

Este indicador foi considerado sob dois aspectos, quais sejam: tipo de construção e tipo de iluminação.

Tabela 9 – Frequências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, conforme a disponibilidade de serviços de saúde, no Município de Brejo Santo, 2001

Serviços de Saúde	Nº de Associados	%
Inexistentes	4	13,33
Posto de saúde com serviços básicos	2	6,67
Atendimento por agente de saúde	5	16,67
Atendimento médico	19	63,33
Total	30	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 10 – Freqüências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, conforme a disponibilidade de serviços de educação próximo à comunidade onde residem, no Município de Brejo Santo, 2001

Serviços de Educação	Quantidade	%
Escolas de educação infantil	13	43,33
Escolas de ensino fundamental	13	43,33
Escolas de ensino médio	04	13,34
Total	30	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

O primeiro aspecto a ser salientado diz respeito ao tipo de construção do domicílio. Como era de se esperar, a maioria dos imóveis (96,67%) é confortável, apresentando construção de tijolo, com reboco e piso, haja vista que os cooperados apresentam um nível relativamente bom da renda familiar, em relação à média nacional.

No que concerne ao tipo de iluminação utilizado, observa-se que todos os cooperados utilizam energia elétrica.

iv) Indicador Aspecto Sanitário e de Higiene

Para este indicador, foram consideradas três variáveis, quais sejam: tratamento da água para consumo, destino dado ao lixo domiciliar e aos dejetos humanos.

É fato observável que pelo menos parte da população vem se preocupando cada vez mais com a higiene, pois adquire a consciência, por intermédio da mídia e dos serviços de saúde, de que é através de hábitos higiênicos que se podem prevenir doenças como cólera, difteria, *ascaris lumbricóides*, esquistossomose, dentre outras.

Os resultados associados a este aspecto estão dispostos na TABELA 11. No que diz respeito à variável tratamento da água para consumo, observa-se que, dos cooperados, 63,33% utilizam algum tipo de tratamento. Este resultado tende a aumentar em virtude da atuação dos agentes de saúde, médico da família e funcionários da Fundação Nacional de Saúde (FNS), no controle, combate e prevenção de doenças.

No que diz respeito ao destino dado ao lixo domiciliar, evidenciou-se a conscientização dos as-

sociados com relação aos problemas relacionados ao mau manuseio do lixo. A grande maioria (80%) enterra o lixo ou utiliza os serviços de coleta de lixo oferecidos pela Prefeitura de Brejo Santo. Destes, a maioria enterra o lixo, pois reside no meio rural, portanto não dispõem dos serviços de coleta de lixo da Prefeitura.

A última variável a considerar neste aspecto diz respeito ao destino dado aos dejetos humanos. Observou-se que 83,33% dos cooperados optam pela utilização de fossa ou rede de esgoto. Destes, quase a totalidade utiliza fossas, pois não há disponibilidade dos serviços de rede de esgoto da Prefeitura.

Portanto, com relação ao aspecto sanitário e de higiene, é patente a conscientização dos associados; além do mais, são beneficiados por serviços de saúde existente na comunidade.

v) Acesso a bens duráveis

O indicador acesso a bens duráveis reflete, até certo ponto, o nível de renda dos associados e, conseqüentemente, o seu padrão de vida, pois acredita-se que, quanto mais alto o nível de renda, maior a qualidade de vida do indivíduo, uma vez que pode ter mais acesso aos bens duráveis, como móveis e eletrodomésticos. Como exposto, a possibilidade de acesso aos bens é um dos componentes importantes na conquista do bem-estar.

Os dados da pesquisa mostram que todos os associados têm pelo menos um dos bens do grupo 3, ou seja, além de eletrodomésticos e ferramentas, eles também possuem máquinas de pequeno e médio porte.

Tabela 11 – Freqüências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, segundo as condições sanitárias e de higiene, no Município de Brejo Santo, 2001

Discriminação	Nº de Associados	%
Tratamento da água para consumo	30	100,00
- Sem tratamento	11	36,67
- Com tratamento	19	63,33
Destino do lixo domiciliar	30	100,00
- Jogado na superfície da terra ou queimado	6	20,00
- Enterrado ou recolhido através da coleta de lixo	24	80,00
Destino dos dejetos	30	100,00
- Jogados a céu aberto ou enterrados	5	16,67
- Dirigidos para fossa ou rede de esgoto	25	83,33

Fonte: Dados da pesquisa

vi) Indicador lazer

Este indicador também foi considerado, pois entende-se que o ser humano necessita de um tempo para si e sua família, buscando entretenimento em clubes, açudes, sítios, *shoppings*, dentro da própria casa ao assistir a um filme ou ver televisão, jogar futebol com os amigos etc.. Estas atividades aliviam as tensões impostas pela agitação do dia-a-dia, proporcionando-lhe uma melhoria na qualidade de vida. Portanto, o lazer pode ser considerado básico para o nível de qualidade de vida, pois proporciona descontração que contrabalança com o estresse da vida do homem moderno.

Observou-se que os associados à COOPABS, além de terem um certo conforto dentro de casa, gostam de passear nos finais de semana, saindo para os seus sítios, praias, visitar amigos ou viajar com a família para se distrair um pouco. Este tipo de atividade alivia as tensões e, conseqüentemente, melhora qualitativamente suas vidas.

4.2.2 - Análise do Índice de Qualidade de Vida dos Cooperados (IQVC)

Conforme a metodologia proposta, incorporou-se ao índice a satisfação dos cooperados em rela-

ção à qualidade de vida. Assim, classificou-se a qualidade de vida em categorias, como pouco satisfatório, satisfatório e muito satisfatório.

A TABELA 12 apresenta a participação de cada indicador na composição do IQVC. Neste propósito, verifica-se que os indicadores habitação, bens duráveis e lazer destacam-se como os de maior contribuição (respectivamente 22,24%, 20,82% e 17,86%), representando a relevância dos indicadores para o bem-estar dos associados e das suas famílias.

O indicador educação apresentou o pior resultado, representando apenas 10% da composição do IQVC. Em seguida, tem-se o indicador saúde com uma contribuição de 14,39% para a formação deste índice. Portanto, estes dois indicadores, que são essenciais para o desenvolvimento do ser humano, mostram-se não muito representativos, haja vista que, apesar de serem oferecidos, não são suficientes para satisfazer as necessidades dos cooperados.

Do mesmo modo, conforme encontrado por Khan (2001), os indicadores que apresentaram os melhores resultados na participação do IQV foram, em ordem decrescente, moradia e bens duráveis.

Tabela 12 – Participação dos indicadores na composição do índice de qualidade de vida das famílias dos associados à COOPABS, no Município de Brejo Santo, 2001

Indicador	Participação	%
Saúde	0,0870	14,39
Educação	0,0605	10,00
Habitação	0,1346	22,24
Sanitário e higiene	0,0889	14,69
Bens duráveis	0,1259	20,82
Lazer	0,1080	17,86
Total	0,6049	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Resultados também similares foram apresentados por Fernandes (1997), quando esse autor avaliou a qualidade de vida da reserva extrativista do Cajari. Segundo ele, os resultados encontrados após a decretação da reserva mostram que o indicador saúde apresentou o pior resultado, com uma contribuição de apenas 2,02% na composição do IQV. O melhor desempenho decorreu do indicador segurança e preservação da reserva extrativa do Cajari, seguido pelo indicador habitação, com 25,20% e 18,60%, respectivamente.

Como mencionado neste estudo, o IQVC pode variar de 0 a 1, considerando-se como baixa qualidade de vida um valor inferior a 0,5. Um valor no intervalo de 0,5 a 0,8 é considerado de média qualidade de vida. E superior a 0,8 considera-se alta qualidade de vida. Portanto, quanto mais próximo do valor unitário, melhor será a qualidade de vida do associado. Como se observa na Tabela 12, o IQVC apresentou o valor 0,6049, dentro do intervalo de média qualidade de vida.

4.3 - Nível de Satisfação dos Associados em Relação aos Serviços Prestados pela COOPABS

Esta seção objetiva determinar a influência dos indicadores na formação do Índice de Satisfação dos Cooperados (ISC) em relação aos serviços prestados pela cooperativa. Para atingir este objetivo, utilizaram-se os indicadores a seguir: i) nível de participação nas decisões da cooperativa; ii) assistência creditícia; e iii) revenda de insumos.

Antes da análise destes indicadores, algumas considerações devem ser feitas. Primeiramente, o indicador comercialização dos produtos dos associados não foi considerado porque a cooperativa não presta este serviço.

4.3.1 - Considerações sobre os indicadores que formam o índice de satisfação dos cooperados

i) Nível de participação nas decisões da cooperativa

Os dados apresentados na TABELA 13 mostram a participação dos associados na tomada de decisão da cooperativa. Este indicador foi dividido em três blocos de perguntas. O primeiro bloco faz uma indagação a respeito do convite para participação nas assembleias gerais e reuniões. O segundo é formado por quatro perguntas acerca das sugestões apresentadas pelos associados e a aceitação destas por parte da diretoria. Finalmente, o terceiro bloco indaga a respeito da prestação de contas efetuada pela cooperativa. No primeiro bloco, observou-se que, aproximadamente, 90% dos associados são sempre convidados a participar ativamente das assembleias gerais. De modo geral, todos já foram convidados a participar das reuniões e assembleias. No segundo bloco de perguntas, buscou-se verificar a participação dos associados quanto à apresentação de sugestões nas assembleias. Deve-se salientar que mais de 80% apresentam sugestões e este percentual não é maior em razão da timidez de alguns cooperados. O importante é que a diretoria, segundo os as-

sociados, apresenta-se aberta a novas idéias e sugestões (92,86% dos cooperados observaram que as suas sugestões foram bem aceitas pela diretoria). Finalmente, o terceiro bloco de perguntas refere-se à prestação de contas da cooperativa. Na opinião de 96,43% dos associados a cooperativa realiza prestação de contas.

ii) Assistência Creditícia

Com relação ao indicador assistência creditícia, 46,43% dos associados alegaram que a cooperativa nunca fez repasses de custeio e que estes nunca tiveram acesso aos referidos repasses. Por outro lado, 17,86% dos associados informaram que a cooperativa faz repasses de custeio todo ano e,

na opinião de 53,57% dos associados, os que não têm acesso a esses repasses são aqueles cooperados endividados com a cooperativa, independentemente do município de origem e sem favorecimento aos conhecidos da diretoria. Ademais, 53,57% dos associados afirmam que a cooperativa nunca fez repasses de investimento. (TABELA 14).

iii) Revendas de Insumos

Os resultados relacionados a este indicador estão presentes na TABELA 15. Conforme os dados desta tabela, 85,71% dos associados acreditam que o setor de revendas atende satisfatoriamente as suas necessidades. Por outro lado, para a maioria (71,43%), os preços cobrados no setor de re-

Tabela 13 – Frequências absoluta e relativa da participação dos associados em assuntos relacionados à tomada de decisão na COOPABS, no Município de Brejo Santo, 2001

Perguntas	Quantidade	%
Bloco I	28	100,00
• Sempre é convidado para as assembléias gerais e reuniões?	25	89,29
- Sempre	03	10,71
- Às vezes	00	00,00
- Nunca		
Bloco II	28	100,00
• Nas assembléias gerais apresenta sugestões?	23	82,14
- Sim	05	17,86
- Não		
• As sugestões são bem aceitas pelos diretores?	26	92,86
- Sim	02	7,14
- Não		
• Todas as decisões são apreciadas e aprovadas nas assembléias gerais?	28	100,00
- Sim	24	85,71
- Não	04	14,29
• As decisões tomadas nas assembléias gerais são efetivamente executadas pela diretoria?	28	100,00
- Sim	26	92,86
- Não	02	7,14
Bloco III		
• A cooperativa realiza prestações de contas com os associados?	28	100,00
- Sim	27	96,43
- Não	01	3,57

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 14 – Frequências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, em relação à assistência creditícia, no Município de Brejo Santo, 2001

Perguntas	Quantidade	%
A cooperativa faz repasses de custeio?	28	100,00
- Todos os anos	05	17,86
- Quase todos os anos	10	35,71
- Nunca	13	46,43
Os repasses de custeio beneficiam:	28	100,00
- Só os associados conhecidos da diretoria	02	07,14
- Os associados do município onde se encontra a sua sede social	00	00,00
- Só os associados que se encontram operando com a cooperativa	05	17,86
- Só os associados do município que não têm dívida com a cooperativa	06	21,43
- Todos os associados, independentemente do município, desde que não tenham dívida com a cooperativa.	15	53,57
A cooperativa faz repasses de investimentos?	28	100,00
- Todos os anos	4	14,29
- Quase todos os anos	9	32,14
- Nunca	15	53,57

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 15 – Frequências absoluta e relativa dos associados à COOPABS, em relação ao indicador vendas de insumo, no Município de Brejo Santo, 2001

Perguntas	Quantidade	%
O setor de vendas atende às necessidades?	28	100,00
- Sim	24	85,71
- Não	04	14,29
Os preços cobrados pela cooperativa são:	28	100,00
- Maiores do que os dos outros comerciantes	03	10,71
- Iguais	20	71,43
- Menores	05	17,86

Fonte: Dados da pesquisa

vendas da cooperativa são iguais aos preços cobrados pelos outros comerciantes. Um percentual menor (17,86%) de cooperados considera que os preços são menores que os de mercado.

4.3.2 - Análise do Índice de Satisfação dos Cooperados (ISC)

Como descrito na seção anterior, foram incorporadas ao Índice de Qualidade de Vida dos Cooperados (IQVC) suas satisfações em relação aos in-

dicadores componentes do referido índice. O nível de satisfação observado no ISC diz respeito exclusivamente à satisfação dos associados em relação aos serviços prestados pela cooperativa, portanto, não tem nenhuma relação com o caso anterior.

Como proposto, dividiu-se o nível de satisfação dos cooperados em relação aos serviços prestados pela cooperativa em três níveis, como segue: pouco satisfatório, satisfatório e muito satisfatório.

A TABELA 16 apresenta a contribuição relativa e absoluta dos indicadores do índice de satisfação dos cooperados. Esta tabela faz uma análise a respeito da contribuição individual de cada indicador na formação do ISC. Neste propósito, verifica-se que o indicador nível de participação apresentou a maior contribuição para a formação do ISC (40,27%).

O indicador assistência creditícia apresentou o pior resultado, representando 29,03% na composição do ISC. O resultado intermediário obviamente se deve ao indicador revendas de insumo, com 30,70% de participação. O baixo desempenho do indicador assistência creditícia se deve, principalmente, ao problema de repasses de custeio e investimento ao cooperado.

Assim como o IQVC, o ISC pode variar de 0 a 1. Considerou-se como pouco satisfatório um valor inferior a 0,5. Um valor no intervalo de 0,5 a 0,8 é considerado satisfatório; e superior a 0,8 considera-se muito satisfatório. Portanto, quanto mais próximo do valor unitário, melhor será a satisfação do cooperado em relação ao serviço prestado pela cooperativa.

Verificando-se o resultado da TABELA 16, observa-se que o ISC apresentou um desempenho relativamente baixo (0,5299), pouco superior ao nível de baixa satisfação. Isto significa que os serviços prestados pela COOPABS aos seus associados é satisfatório, mas representa apenas 52,99% do nível ótimo de satisfação.

5 - CONCLUSÕES E SUGESTÕES

5.1 - Conclusões

Com base nos resultados encontrados no presente trabalho, conclui-se que os associados apre-

sentam bom nível de escolaridade, tendo, a maioria, concluído o nível médio (antigo 2º grau). Talvez por conta da escolaridade, das sucessivas crises econômicas por que vem passando o País e das orientações que recebem através da própria mídia e serviços sociais. No que diz respeito ao tamanho da propriedade, os associados apresentam, na maioria, uma propriedade com área bem superior à média cearense. Isto porque são pecuaristas e esta atividade requer muito espaço para o pastejo dos animais. E para complementar a renda, os associados e membros familiares diversificam as atividades com culturas de subsistência, fruteiras e o comércio, dentre outras atividades.

A maioria dos associados é atendida pelo Programa Saúde da Família, mas, no momento de maior necessidade, estes serviços não estão disponíveis, sendo obrigados a se deslocarem para a sede do Município. Há uma oferta suficiente de serviços de educação infantil e fundamental e demanda reprimida de serviços de ensino médio. A maioria dos imóveis é confortável, apresentando construção de tijolo, com reboco e piso, e todos os imóveis dispõem de energia elétrica. A maioria dos cooperados utiliza algum tipo de tratamento na água, enterra o lixo e utiliza fossas sanitárias. Todos os associados têm acesso a bens duráveis, como eletrodomésticos e ferramentas, e possuem máquinas de pequeno e médio porte. Os associados buscam momentos de lazer para aliviar as tensões.

Os resultados mostram que os associados participam da tomada de decisões da cooperativa, dando sugestões que se deve frisar, são bem aceitas pela diretoria, mostrando, assim, o seu espírito de-

Tabela 16 – Participação dos indicadores na composição do índice de satisfação dos cooperados à COOPABS, no município de Brejo Santo, 2001

Indicador	Participação	%
Nível de participação	0,2134	40,27
Assistência creditícia	0,1538	29,03
Revendas de insumos	0,1627	30,70
Total	0,5299	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

mocrático. Muitos cooperados afirmaram que dificilmente há repasses de custeio e de investimento, e, quando isso ocorre, só beneficia aqueles associados não endividados com a cooperativa. Por outro lado, a maioria dos associados está satisfeita com o setor de vendas de insumos da cooperativa, inclusive com o preço.

Os indicadores de habitação, bens duráveis e lazer apresentaram, em ordem decrescente, as principais participações na composição do Índice de Qualidade de Vida dos Cooperados (IQVC) ao passo que indicadores essenciais para o desenvolvimento e bem-estar do ser humano, como educação e saúde, apresentaram os piores resultados. De acordo com os indicadores de qualidade de vida utilizados na pesquisa, o IQVC, dentro dos parâmetros preestabelecidos, configurou-se no intervalo de média qualidade de vida.

O Índice de Satisfação dos Cooperados (ISC) apresentou um desempenho relativamente baixo, pouco superior ao nível de baixa satisfação em relação aos serviços prestados pela cooperativa. O indicador que apresentou a melhor contribuição à formação do ISC foi o indicador nível de participação nas decisões da cooperativa, enquanto o indicador assistência creditícia apresentou o pior resultado.

5.2 - Sugestões

Sugere-se que a cooperativa implante o setor de comercialização dos produtos dos cooperados e a indústria beneficiadora de laticínios, para, desta forma, melhorar a qualidade de vida e o nível de satisfação dos cooperados, haja vista que eram objetivos da cooperativa e que os cooperados dependem disso para eliminar os atravessadores.

Em estudos posteriores, podem ser incluídos outros indicadores para melhor mensurar tanto a qualidade de vida como a satisfação dos cooperados em relação aos serviços prestados pela cooperativa aos associados.

Outrossim, sugere-se que sejam feitas novas pesquisas, comparando-se períodos antes e depois da implantação dos setores de comercialização e

industrialização, para verificar o efeito destes na qualidade de vida e satisfação dos associados.

Abstract

Agricultural cooperatives are formed, at least theoretically, as an instrument capable to provide solutions, partially, to farmers, transforming their organizations in cooperatives making them strong enough, permitting them access to the use of equipments and services which individually these farmers would not have. A large number of cooperatives are functioning in the state of Ceará, but to our knowledge, there is no study that treated the aspects of the quality of life and satisfaction of associated in relation to services offered by cooperatives, which is the main objective of this study. The cross section data were used. The required information is obtained by interviewing 30 of the 80 members of the cooperative of Brejo Santo. The quality of life and satisfaction index numbers were calculated. The results showed that associates have average quality and low level of satisfaction in relation to services offered by cooperative.

Key words:

Life Quality; Satisfaction; Associates; Cooperative.

REFERÊNCIAS

- ANNAS, J. Mulheres e a qualidade de vida: duas normas ou uma?. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 31, p. 135-155, 1993.
- BUARQUE, C. Qualidade de vida: a modernização da utopia. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 31, p. 157-165, 1993.
- CARMO, R. L. do. **O conceito de qualidade de vida: uma primeira abordagem**. Campinas: UNICAMP, v. 3, n. 4, 1993. 70p.
- CEBORATEV, N. Qualidade de vida da família rural. In: SEMINÁRIO SOBRE QUALIDADE

DE VIDA NO MEIO RURAL, 1., 1982, Carpinana. **Resumos...** Recife: Secretaria de Agricultura, 1982. 18 p.

COIMBRA, J. A. A. **O outro lado do meio ambiente.** São Paulo: CETESB, 1985.

CORDINI, M. Interpretação do tema qualidade de vida. SEMINÁRIO SOBRE QUALIDADE DE VIDA NO MEIO RURAL, 2., 1982, Carpinana. **Resumos...** Recife: Secretaria de Agricultura, 1982. 8 p.

DUBOS, R. J. **O despertar da razão:** por uma ciência mais humana. São Paulo: Melhoramentos, 1972. 78 p.

FERNANDES, A. V. **Qualidade de vida rural com sustentabilidade na Amazônia:** o caso da reserva extrativa do Rio Cajari no Estado do Amapá. 93 f. 1997. Dissertação - (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1997.

FONSECA, J. S. da; MARTINS, G. A. **Curso de estatística.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 320 p.

GUERRERO, S. J.; HOYOS, L. E. A. Qualidade de vida: opção teórica e metodológica da qualidade de vida. **Revista Econômica do Nordeste - REN,** Brasília, DF, v. 21, p. 173-192, abr./jun. 1983.

IBGE. **Censo agropecuário, Ceará, 1995-1996.** Rio de Janeiro, 1998.

KHAN, A. S. **Reforma agrária solidária e extensão:** novo modelo de desenvolvimento rural no Estado do Ceará. Fortaleza: UFC, 2001. 78 p. Mimeografado. (Relatório Técnico).

KHAN, A. S.; SILVA, L. M. R. **Avaliação de cooperativas agropecuárias no Ceará.** Fortaleza: UFC, 1993. 64 p. Mimeografado.

_____. **Avaliação de cooperativas agropecuárias no Ceará:** um estudo de caso. Fortaleza: UFC, 1994. 31 p. Mimeografado.

KHAN, A. S.; PASSOS, A. T. B. **Reforma agrária solidária e qualidade de vida dos beneficiários no Estado do Ceará.** Fortaleza, 1999. 24 p. Mimeografado.

LACKY, P. **Desenvolvimento agropecuário:** da dependência ao protagonismo do agricultor. 4. ed. Santiago: Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe, 1995. 176 p. (Série Desenvolvimento Rural, n. 9).

LARSON, D. A.; WILFORD, W. T. **The physical quality of life index.** Great Britain: Pergamon, 1979. V. 7. p. 581-584.

LEMOS, J. J. S. et al. Qualidade de vida nos municípios do nordeste em relação aos municípios do Brasil: fundamentos para o planejamento do desenvolvimento sustentável da região. **Revista Econômica do Nordeste - REN,** Fortaleza, v. 30, n. 3, p. 316-335, 1999.

MAYORGA, R. D. Níveis de qualidade de vida nos municípios com maiores índices de degradação ambiental do semi-árido cearense no Brasil. **Políticas Agrícolas,** Fortaleza, v. 4, n. 1, p. 5-39, 1999.

MONTE, F. S. S. **Efeitos de implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CE na qualidade de vida das famílias rurais da região:** o caso do reassentamento Cambeba. 144 f. 1999. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.

NAHAS, M. I. P.; MARTINS, V. L. A. P. O índice de qualidade de vida urbana - IQVU/BH: a elaboração de um novo instrumento de gestão municipal. In: ENCONTRO ANUAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. **Anais...** João Pessoa, 1995. p. 338-350.

NEIVA, A. C. G. R. **Projeto São José e o desenvolvimento rural no Estado do Ceará:** o caso da comunidade Recreio - Iguatu, CE. 75 f.

2000. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

OLIVEIRA, E. M. de. **Avaliação *ex-post* dos aspectos socio-ambientais do perímetro irrigado Curu-Paraipaba (CE)**. 110 f. 1994. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1994.

OMS. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/psiq/whoqoll.html>>. Acesso em: 25 abr. 2001.

PNUD. **Desenvolvimento e condições de vida: indicadores brasileiros**. Brasília, DF, 1998. 140 p.

RODRIGUES, M. C. P. O índice de desenvolvimento social - IDS. **Revista Conjuntura Econômica**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 73-77, 1991.

_____. O índice de desenvolvimento social - IDS. **Revista Conjuntura Econômica**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 45-51, 1993.

_____. O Índice de Desenvolvimento social - IDS. **Revista Conjuntura Econômica**. São Paulo, v. 48, n. 3, p. 52-56, 1994.

SCHWARTZMAN, S. Desenvolvimento social e qualidade de vida: algumas perspectivas de pesquisa. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 5, n. 2, p. 101-111, 1974.

SEADE. **Pesquisa de condições de vida na região metropolitana de São Paulo**. São Paulo, 1992. 82 p.

SILVA, C. E. L. **Ecologia e sociedade: uma introdução às implicações sociais da crise ambiental**. São Paulo: Loiola, 1978.

SLIWANY, R. M. **Sociometria: como avaliar a qualidade de vida e projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1997. 182 p.

TODARO, M. **Introdução à economia: uma visão para o terceiro mundo**. Rio de Janeiro: Campus, 1991. 628 p.

VIANA, L. S. et al. Qualidade de vida no meio rural brasileiro: o caso do sertão de Alagoas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 18, n. 2, p. 182-204, 1980.

WALKER, R. T. et al. Sistemas agroflorestais como processo evolutivo: o caso dos agricultores da rodovia Cuiabá – Santarém, no Estado do Pará. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE SISTEMAS AGROFLORESTAIS, 1., Porto Velho, 1994.

Anais... Colombo: EMBRAPA, 1994. p. 29-42.

WILHEIM, J. **O substantivo e o adjetivo**. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 131-175.

WORLD BANK. **Poverty reduction, growth and fiscal stability in the State of Ceara**. [S.l.], 1999. V. 1. Mimeografado. (Policy Report).

_____.
Recebido para publicação em 31.OUT.2002.